



**PROCESSO TC nº 10.742/22**

**RELATÓRIO**

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da Paraíba Previdência, **Sr. Jose Antonio Coelho Cavalcanti**, concedendo Pensão por morte do servidor **Sr. João Nepomuceno de Oliveira Neto**, matrícula nº 145.692-0, Professor de Educação Básica 3, lotado na Secretaria de Estado da Educação da Ciência e Tecnologia, tendo como beneficiária a **Sra. Rita de Cassia Cavalcante da Costa de Oliveira**. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Conselheiro - Relator

**VOTO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a **Sra. Rita de Cassia Cavalcante da Costa de Oliveira**.

É o voto!

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Conselheiro - Relator



## 1ª Câmara

Processo TC nº 10.742/22

Objeto: Pensão

Beneficiária: **Rita de Cassia Cavalcante da Costa de Oliveira**

Servidor (a): **João Nepomuceno de Oliveira Neto**

Órgão: **Paraíba Previdência**

Gestor Responsável: **Jose Antonio Coelho Cavalcanti**

Procurador/Patrono: **Não Há**

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0929/2023

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 10.742/22**, referente à concessão de Pensão por morte do servidor **Sr. João Nepomuceno de Oliveira Neto**, matrícula nº 145.692-0, Professor de Educação Basica 3, lotado na Secretaria de Estado da Educação da Ciência e Tecnologia, tendo como beneficiária a **Sra. Rita de Cassia Cavalcante da Costa de Oliveira**, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo [Portaria – P – Nº 962], tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

**Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.**  
**TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.**

**João Pessoa, 27 de abril de 2023.**

Assinado 2 de Maio de 2023 às 13:32



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado 28 de Abril de 2023 às 11:03



**Cons. Antonio Gomes Vieira Filho**

RELATOR

Assinado 28 de Abril de 2023 às 15:40



**Elvira Samara Pereira de Oliveira**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO